

O risco que corremos com esse atraso de 30 anos

27 JUL 1988

As maiores confederações empresariais brasileiras divulgaram na última segunda-feira, em cadeia nacional pela televisão, um programa de dez minutos em defesa da participação das empresas de capital estrangeiro na economia nacional. O programa contou com a participação e os depoimentos de líderes empresariais, ex-ministros e representantes do movimento sindical brasileiro, que defendiam de diferentes maneiras a internacionalização da economia nacional, visando a integração do Brasil na moderna economia planetária. A contribuição das empresas estrangeiras na ocupação da mão-de-obra, o fato de que é o Estado que tira o mercado das empresas nacionais (não as estrangeiras que se estabeleceram aqui) e a aceitação até pela União Soviética e a China dessa internacionalização foram enfatizados no programa que foi ao ar no chamado horário nobre da TV, visto por milhões de pessoas no País inteiro.

As reações que se seguiram à sua exibição, não generalizadas mas muito significativas, revelaram uma vez mais o espantoso atraso em que nos encontramos em relação ao mundo da modernidade no que diz respeito à interpretação política, social e econômica da realidade. Nos meios políticos, na mídia, e mesmo entre os empresários, não faltaram desculpas, censuras e justificativas em torno do fato simples e natural de um grupo de empresários estrangeiros, ou brasileiros representando empresas estrangeiras, defender o florescimento no Brasil de uma prática que se estende hoje ao mundo inteiro, inclusive aos países da área comunista: a presença de capitais internacionais, portadores de riqueza e do desenvolvimento tecnológico. Um cientista político que havia decidido participar do programa retirou seu nome na última hora, e deu entrevista afirmando não ser "agente do capital estrangeiro". O líder do PT na Constituinte, Luís Inácio Lula da Silva, disse aos jornais que o programa deixou de mencionar que "o capital estrangeiro tem de ser rigidamente controlado para evitar a remessa de lucros". Entre os que criticaram e os que se esconderam, ninguém discutiu ou contestou os dados fornecidos pelo próprio programa, bem como as questões que emergiram ao longo de sua apresentação.

E o programa falou do surgimento, no mundo dos nossos dias, de uma economia sem fronteiras, em que o capital estrangeiro é bem recebido e gera riquezas, numa integração competitiva em que mais e mais são buscados novos parceiros, novos campos de ação e técnicas que exigem um desenvolvimento industrial que não pode surgir, por geração espontânea, em países no estágio de desenvolvimento do Brasil. O programa mostrou, com franqueza e objetividade, a importância imensa das empresas estrangeiras na atual fase de desenvolvimento do Brasil, em que é preciso alimentar as 300 bocas/hora que surgem no País a cada momento. A economia integrada não é uma proposta duvidosa, uma experiência ainda não provada, que agora se propõe ao País, mas alguma coisa que Gorbatchov quer para a União Soviética, como Deng Xiaoping deseja para a China. A economia do futuro não terá fronteiras, e o

novo mundo que está surgindo já não pode ser detido. Somente a "superstição" socialista ou os regimes nacionalistas de direita podem deter a modernização da economia que encontra na internacionalização sua principal característica.

No Brasil, entretanto, essas novas realidades estão chegando lentamente, e não é de espantar, assim, que a Assembléa Nacional Constituinte ainda esteja discutindo o sexo dos anjos, preocupada em definir o capital nacional para "escapar às garras das multinacionais", num show de anacronismo que lembra aquele personagem do folclore norte-americano, Rip Van Winkle, que dormiu muitos anos e ao despertar já não entendia o mundo em que se encontrava. Os constituintes de diversos partidos que viram na autarquia econômica condição para a preservação da soberania nacional estão ainda hoje vinculados à semântica e às idéias dominantes na década de 50, em que o "imperialismo ianque" era o dragão da maldade na luta contra os santos guerreiros da xenofobia mais cega. Esqueceram, até, que o Brasil é hoje a oitava economia do mundo ocidental porque Juscelino Kubitschek, naqueles anos, não permitiu que essas idéias prevalecessem aqui. É essa mentalidade que agora está prevalecendo na Assembléa Constituinte, quando começam as discussões, no segundo turno, do projeto da Carta que vai reger o futuro do País — e criar certamente as dificuldades que Portugal vem agora enfrentando, no momento em que deseja modernizar sua economia e é impedido por uma Constituição que precisa ser reformada, para que dela sejam tirados os obstáculos à democratização econômica de um país que deseja crescer para integrar-se economicamente à Europa em 1992.

Em torno da definição de empresa nacional pela nossa Constituinte, e da apresentação de um programa de TV em defesa da participação das empresas de capital estrangeiro na economia do País, tudo continua a girar em torno das empresas chamadas multinacionais, e que desde logo põe a nu a desinformação e o anacronismo do debate, quando o que se discute hoje nos meios financeiros internacionais são os capitais supranacionais, que, enquanto não se integram a alguma economia nacional, não são regulamentados por qualquer governo. Mas essas mudanças ainda não chegaram aos políticos e legisladores brasileiros, que não tomaram posição face às fantásticas forças que operam no mundo dos nossos dias, porque nada sabem a respeito e não fazem mais do que repetir as velhas fórmulas do nacionalismo arcaico, hoje uma fantasia que nada tem a ver com o mundo real. Graças a esse distanciamento da realidade é enorme o risco desses preconceitos sobre as empresas de capital estrangeiro no Brasil prevalecerem na nova Constituição — com os piores resultados possíveis para a viabilidade do Brasil como nação moderna.